

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-06-12

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Álvarez-Pérez, P., Pena, M. & Ferreira, J. (2023). Formação e adaptação dos programas de estudos. In R. Díaz-Jiménez., Pixel (Ed.), Manual digital para a vida independente de estudantes com deficiência intelectual. (pp. 52-60).: Universidad Pablo de Olavide.

Further information on publisher's website:

https://ihes.pixel-online.org/PR2_DigitalHandbook.php

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Álvarez-Pérez, P., Pena, M. & Ferreira, J. (2023). Formação e adaptação dos programas de estudos. In R. Díaz-Jiménez., Pixel (Ed.), Manual digital para a vida independente de estudantes com deficiência intelectual. (pp. 52-60).: Universidad Pablo de Olavide.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Módulo 6: Formação e adaptação dos programas de estudos

Pablo Álvarez-Pérez (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa), Maria João Pena (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa), Jorge Ferreira (Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Resumo

Os currículos são os programas que orientam e garantem o ensino e a aprendizagem dos cursos ministrados nas universidades. A conceção destes programas tem sido efectuada de forma genérica, sem considerar a flexibilidade que os currículos exigem para se adaptarem às necessidades e aos diferentes ritmos de aprendizagem dos indivíduos. Nos últimos anos, surgiram novos processos de aprendizagem, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), em que o currículo é concebido desde o início para atender à diversidade dos estudantes. Por conseguinte, é interessante analisar os programas curriculares, tanto de licenciatura como de pós-graduação, para verificar se incluem medidas de adaptação razoáveis que permitam o acesso aos diplomas universitários.

O objetivo seria verificar se os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos são acessíveis a pessoas com diversidade funcional intelectual. Um curso superior é constituído por um conjunto de disciplinas que permitem aos estudantes adquirir competências na disciplina em que são formados. Por isso, é necessário considerar, por um lado, a acessibilidade dos conteúdos leccionados em cada disciplina e, por outro, a adaptação dos testes de avaliação, que são os que permitem a aprovação na disciplina. Se as disciplinas não forem acessíveis, será difícil para uma pessoa com diversidade funcional intelectual concluir o curso. Por conseguinte, é importante avaliar

(1) No que respeita ao acesso aos conteúdos: verificar se as plataformas virtuais utilizadas pelos aprendentes são acessíveis, se os conteúdos (materiais, power points, etc.) nelas contidos são cognitivamente acessíveis (por exemplo, fáceis de ler), se é prestado apoio (por exemplo, assistência pessoal para tomar notas) ou quaisquer outras considerações.

(2) Para os testes de avaliação: se os currículos estão adaptados às necessidades da pessoa e/ou se é prestado apoio.

Categorias

Conceção universal da aprendizagem, acessibilidade cognitiva; ajudas universitárias e adaptações razoáveis, adaptações curriculares

Introdução

Não há dúvida de que o ritmo das mudanças registadas nos últimos anos em relação à deficiência e à participação nas actividades gerais tem sido significativo. O discurso público sobre a deficiência também tem sido cada vez mais marcado por uma maior ênfase na igualdade e nos direitos. Isto implicou uma reavaliação da importância dos direitos civis como base para uma cidadania participativa, incluindo uma participação significativa na educação e no emprego.

Esta abordagem teve um impacto profundo e direto na vida das pessoas com deficiência em termos de respostas políticas às questões e preocupações suscitadas pela experiência da deficiência, níveis associados de discriminação e acesso à participação socioeconómica. Em termos de prestação de serviços, implicou um compromisso declarado de integração dos direitos na prática em toda a gama de serviços de saúde, educação, formação, emprego e informação. Em termos de resposta oficial, implicou a transformação e a reestruturação de agências e a redefinição das suas competências, bem como a reafectação de responsabilidades aos departamentos governamentais. Em termos de resposta política, envolveu o reconhecimento formal de que os objectos da atividade podem e devem tornar-se os sujeitos.

A realidade da exclusão e da discriminação das pessoas com deficiência existe a todos os níveis do funcionamento pessoal e social. As atitudes de exclusão foram descritas como generalizadas. Quando a deficiência é reconhecida, é frequentemente vista em termos de benevolência caritativa ou, no outro extremo, em termos de medo ou estigma social. A frequente confusão entre deficiência e doença na opinião pública só vem aumentar as dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam que as suas necessidades sejam objetivamente atendidas. Este fenómeno não é de modo algum limitado a um único país. O Fórum Europeu da Deficiência, entre outros, documentou a discriminação contra pessoas com deficiência em todos os países europeus. Há que reconhecer que as pessoas com deficiência têm feito progressos crescentes no sentido da sua participação na sociedade, tanto a nível internacional como nacional. Os progressos nos domínios da educação e do emprego são particularmente significativos. Vários factores contribuíram para esta mudança. A influência da Europa na articulação da importância dos direitos e das normas sociais, a influência da legislação dos EUA em matéria de deficiência, o impacto das lutas pelos direitos civis a nível internacional e a emergência de uma compreensão a partir das lutas do movimento das mulheres na Irlanda e os ensinamentos daí resultantes em matéria de igualdade contribuíram para este facto.

É necessário prestar atenção à centralidade do conceito de aprendizagem ao longo da vida nas novas iniciativas da UE. Isto reflecte a preocupação da Comissão de que a Europa deve concentrar-se constantemente nas melhores práticas para poder acompanhar as necessidades de todos os seus cidadãos. A essência da aprendizagem ao longo da vida é responder às necessidades do aprendiz. Isto é particularmente importante para as pessoas com deficiência. As questões suscitadas pela experiência da deficiência (e a marginalização e discriminação daí resultantes na maioria das sociedades europeias) têm uma forte ligação orgânica com as questões e temas abordados pela aprendizagem ao longo da vida.

A inclusão não é necessariamente um conceito neutro, embora seja amplamente valorizado na literatura académica e nas declarações políticas. A inclusão social e a educação podem oferecer uma sinergia dinâmica de perspectivas e oportunidades. No entanto, os desafios não devem ser subestimados. A inclusão não pode ser acrescentada como um cosmético bem-intencionado a uma oferta estratificada. A inclusão deve ir além de gestos simbólicos de responsabilidade social e tornar-se a base de toda a oferta de cursos, com o pensamento, as metodologias e os princípios inclusivos a informar todos os aspectos da conceção, do acesso e da prestação da aprendizagem.

Parte desta dinâmica inclusiva consiste em encontrar formas mais recentes e inovadoras de incluir aqueles que normalmente são excluídos da oferta educativa. Outra consiste em assegurar

que todos os cursos reflectam, desde o início, uma compreensão das desigualdades e disparidades que existem na nossa sociedade. Isto deve estar estreitamente ligado a uma consciência crescente da natureza e da extensão da diversidade na sociedade.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (UDL) fornece um modelo para a criação de objectivos de aprendizagem, métodos, materiais e avaliações que funcionam para todos: não se trata de uma solução única para todos, mas de abordagens flexíveis que podem ser personalizadas e adaptadas para satisfazer as necessidades individuais. O DUA pega no conceito de maior acesso para todos e aplica-o aos materiais curriculares e aos métodos de ensino. Em vez de depender da tecnologia assistive (TA) para colmatar a lacuna entre os materiais e as necessidades de aprendizagem dos alunos, os materiais concebidos de acordo com os conceitos DUA têm adaptações incorporadas. Menos frequentemente, é necessária tecnologia adicional para traduzir o material num modo que permita a aprendizagem. Uma ideia central do DUA é que, à medida que se desenvolvem novos materiais e tecnologias, estes devem ser concebidos desde o início para serem suficientemente flexíveis para se adaptarem aos estilos de aprendizagem únicos de uma vasta gama de indivíduos, incluindo as pessoas com deficiência. Exemplos de DUA incluem: páginas Web acessíveis; vídeos legendados e/ou narrados; processadores de texto com previsão de palavras; correctores ortográficos falantes; caixas de diálogo falantes; reconhecimento de voz; menus com imagens.

O DUA não elimina a necessidade de tecnologia de apoio. Os alunos com deficiência continuarão a necessitar de equipamento de tecnologia de apoio (por exemplo, ajudas à comunicação, ajudas visuais, cadeiras de rodas, ortóteses e brinquedos adaptados) para interagirem mais plenamente com o seu ambiente. No entanto, a integração da acessibilidade nas novas tecnologias e nos materiais curriculares à medida que estes são desenvolvidos ajudará a garantir a máxima inclusão dos alunos com deficiência em todas as oportunidades de aprendizagem disponíveis para todos.

Os sistemas económicos tradicionais e as políticas de aprendizagem orientadas para o mercado têm sido fundamentalmente postos em causa na sua capacidade de satisfazer as necessidades dos indivíduos e das comunidades. A crise desde setembro de 2008 colocou uma nova ênfase no imperativo da inovação, levantando a questão de como a inovação e a criatividade podem efetivamente responder às necessidades humanas e sociais. O DUA utiliza TIC avançadas para criar um ambiente educativo que permita a todos os alunos, incluindo os que têm dificuldades de aprendizagem, ter êxito no ensino regular com uma utilização mínima de tecnologias de apoio.

Desenho Universal para a Aprendizagem, Acessibilidade Cognitiva

Esta secção do módulo explora a aplicação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) no contexto da adaptação de programas, com especial incidência nos alunos com deficiências intelectuais. Reconhecendo a natureza complexa e multifacetada desta questão, e reconhecendo que a conceção de programas tem sido feita de forma genérica, esta secção defende a adoção dos princípios dDUA para criar oportunidades educativas inclusivas e equitativas para todos os alunos. O capítulo analisa a forma como o DUA pode ser integrado na acessibilidade dos procedimentos gerais, na prestação de apoio e orientação especializados e na implementação de intervenções adaptadas.

Os programas universitários surgiram como oportunidades transformadoras para os estudantes adquirirem experiência intercultural, alargarem os seus horizontes e ampliarem as suas perspectivas educativas. No entanto, a complexidade e a diversidade destes programas colocam desafios significativos, especialmente para os estudantes com diversidade intelectual e funcional.

De acordo com os princípios do modelo social da deficiência, que realça o papel das barreiras sociais na definição das experiências das pessoas com deficiência, este capítulo explora a forma como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) pode ser utilizado para melhorar a acessibilidade e a inclusão dos programas. Examinaremos os principais aspectos da implementação do DUA utilizando exemplos da vida real.

Acessibilidade dos procedimentos gerais

Informação personalizada: Para tornar os programas mais inclusivos, as universidades devem oferecer aos estudantes a possibilidade de personalizar as suas preferências de prestação de informações (Galkienė & Monkevičienė, 2021). Por exemplo, os estudantes podem optar por receber notificações por correio eletrónico, SMS ou através de uma aplicação móvel acessível. Esta personalização garante que os estudantes podem interagir com as informações do programa de uma forma que satisfaça as suas necessidades individuais e estilos de aprendizagem.

Sítios Web e portais acessíveis: Para melhorar a acessibilidade, os processos de candidatura devem seguir as directrizes UDL (Meyer et al., 2014). Isto inclui garantir a compatibilidade com leitores de ecrã, fornecer texto alternativo para imagens e oferecer tamanhos de letra e definições de contraste ajustáveis para acomodar uma vasta gama de utilizadores.

Apoio multilingue: Dada a natureza complexa destes programas e a diversidade das nossas sociedades, é fundamental fornecer informações em várias línguas (Rose & Meyer, 2006). Os princípios do DUA incentivam as universidades a fornecer conteúdos em diferentes línguas para atender às diversas populações de estudantes, incluindo pessoas com deficiências intelectuais que podem necessitar de informação na sua língua materna.

Apoio e orientação especializados

Planos de aprendizagem individualizados: Uma pedra angular da implementação do DUA é a criação de Planos de Aprendizagem Individualizados (PAI) adaptados às necessidades de cada aluno (CAST, 2018). Para os estudantes com deficiências intelectuais, os PAIs podem delinear adaptações específicas, estruturas de apoio e objectivos para a sua experiência universitária. Estes planos devem ser elaborados em colaboração com os serviços de apoio a pessoas com deficiência, os orientadores académicos e os próprios estudantes.

Canais de comunicação acessíveis: O DUA incentiva as universidades a disponibilizarem canais de comunicação acessíveis (Rose & Meyer, 2006). Para além do correio eletrónico tradicional e da comunicação telefónica, as instituições podem oferecer videoconferência com intérpretes de língua gestual ou comunicação através de aplicações acessíveis que suportem símbolos ou linguagem simplificada para garantir que os estudantes com deficiência intelectual possam efetivamente procurar ajuda e orientação.

Tutoria entre pares: Com base nos princípios do DUA, as escolas podem implementar programas

de tutoria entre pares (CAST, 2018). Os mentores de pares estão bem colocados para compreender e responder às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual, promovendo um sentimento de pertença e apoio.

Medidas à medida

Horários flexíveis: Os princípios do DUA apoiam os horários flexíveis (Galkienė & Monkevičienė, 2021). Os programas podem ser adaptados aos alunos com deficiência intelectual, oferecendo-lhes a possibilidade de alargar os prazos para os trabalhos de casa, flexibilizar as datas de chegada e partida e estabelecer calendários académicos individualizados que se adaptem ao ritmo de aprendizagem do aluno.

Métodos de avaliação alternativos: O DUA incentiva as universidades a considerarem métodos alternativos de avaliação (Meyer et al., 2014). Uma vez que os exames escritos tradicionais podem ser um desafio para alguns alunos com deficiência intelectual, as instituições podem explorar alternativas como exames orais, avaliações baseadas em projectos ou apresentações para avaliar eficazmente a compreensão e as competências de um aluno.

Alojamento e transportes acessíveis: Assegurar alojamento e transporte acessíveis é um elemento-chave dos princípios do DUA (Rose & Meyer, 2006). As universidades devem trabalhar com os serviços de transporte e os fornecedores de alojamento local para garantir opções de transporte e alojamento acessíveis a cadeiras de rodas. Devem ser estabelecidos canais de comunicação claros para resolver prontamente quaisquer questões relacionadas com a mobilidade.

Conclusão

Esta secção salientou a importância de incorporar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) nos programas de ensino superior. Aplicando os princípios do DUA de uma forma holística, as universidades podem criar um ambiente inclusivo e de apoio que proporcione igualdade de oportunidades a todos os estudantes, incluindo os que têm deficiência intelectual. Este empenhamento no DUA enriquece a experiência educativa de todos os estudantes, promove a diversidade e a inclusão e contribui para um sistema de ensino superior mais equitativo.

Apoio universitário e alojamento razoável

No contexto da adaptação curricular, a inclusão de estudantes com deficiência intelectual é um aspeto fundamental da criação de um sistema de ensino superior verdadeiramente inclusivo. Para garantir que os programas sejam acessíveis e equitativos para todos, é essencial abordar o conceito de "adaptação razoável". A adaptação razoável refere-se às adaptações necessárias e aos sistemas de apoio implementados para garantir que as pessoas com deficiência tenham oportunidades iguais de participar em actividades educativas e sociais (UNESCO, 2016). Nesta secção, discutiremos a importância da adaptação razoável no contexto dos programas de ensino superior e sugeriremos estratégias para a sua implementação.

Acessibilidade da informação

Um dos princípios básicos das adaptações razoáveis consiste em assegurar que as informações sobre os programas sejam acessíveis a todos os estudantes, incluindo os que têm deficiências intelectuais. Isto inclui a publicação de informações claras e compreensíveis sobre os

procedimentos gerais comuns a todos os estudantes. Na prática, isto significa que as universidades devem fornecer informações em diferentes formatos, tais como linguagem simples, documentos de fácil leitura e sítios Web acessíveis (Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2023). É essencial que esta informação esteja prontamente disponível e seja fácil de compreender, para que os estudantes com deficiência mental possam tomar decisões informadas sobre a sua participação nos programas.

Orientação personalizada e especializada

Embora a disponibilização de informação acessível seja um passo essencial, pode não ser suficiente para os estudantes com deficiências intelectuais. Devido à complexidade e variabilidade dos diferentes procedimentos, estes estudantes podem necessitar de aconselhamento e apoio personalizados e especializados. Este apoio deve ir para além do apoio geral prestado a todos os estudantes e responder às necessidades e desafios específicos enfrentados pelos estudantes com deficiência intelectual.

Para garantir um apoio eficaz, as instituições de ensino superior devem ter em conta o seguinte

- a) Formação do pessoal relevante: As universidades devem investir em programas de formação para o seu pessoal, a fim de melhorar a sua compreensão das deficiências intelectuais e a sua capacidade de prestar apoio adaptado (Comissão Europeia, 2017).
- b) Inclusão de pessoal de apoio: Outra opção é incluir figuras de apoio dedicadas na estrutura universitária para apoiar os estudantes com deficiência intelectual. Estas figuras poderiam atuar como elo de ligação entre o estudante, os departamentos académicos e outros serviços, ajudando a navegar nas complexidades dos programas (UNESCO, 2016).
- c) Planos de adaptação individualizados: Tal como os planos educativos individualizados (PEI) são comuns no ensino primário e secundário, as universidades devem considerar a elaboração de planos de adaptação individualizados para os estudantes com deficiência intelectual, sempre que adequado. Estes planos podem definir adaptações específicas, serviços de apoio e objectivos para cada estudante (Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, 2018).

Esforços de colaboração

A implementação bem sucedida de adaptações razoáveis no ensino superior exige a colaboração entre universidades, organismos governamentais, organizações de deficientes e outras partes interessadas. Esta colaboração pode ajudar a normalizar as práticas, a partilhar as melhores práticas e a criar uma rede de apoio aos estudantes com deficiência mental.

Para além de garantir a acessibilidade dentro do campus universitário, é importante considerar a acessibilidade dos recursos fora do campus, como as residências, e estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil e empresas para criar um ambiente mais inclusivo.

- a) Residências acessíveis: Para apoiar os estudantes com deficiências intelectuais, as universidades devem dar prioridade ao alojamento acessível nas residências, sempre que tal se justifique. A colaboração com os fornecedores de alojamento pode levar ao desenvolvimento de opções de alojamento universalmente concebidas e equipadas com tecnologia de assistência. Isto inclui elementos como rampas para cadeiras de

rodas, casas de banho acessíveis e pistas visuais ou tácteis para pessoas com deficiências sensoriais. Os acordos de colaboração com os fornecedores de alojamento devem também incluir a formação do pessoal em matéria de sensibilização para a deficiência e de técnicas de comunicação eficazes para garantir um ambiente acolhedor e inclusivo.

- b) Ligações e apoio à comunidade: Os estudantes com deficiência mental beneficiam muito das ligações com a comunidade local. As universidades podem promover estas ligações através de parcerias com organizações locais de deficientes e redes de apoio à comunidade. Estas parcerias podem proporcionar aos estudantes o acesso a serviços como a orientação por pares, actividades sociais e oportunidades de emprego, o que pode facilitar a sua integração na comunidade em geral (Inclusive Campus Live, 2016).
- c) Parcerias com organizações da sociedade civil: A colaboração com organizações da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais (ONG) e grupos de defesa dos direitos dos deficientes, pode facilitar a prestação de serviços de apoio essenciais. As universidades podem celebrar acordos com estas organizações para garantir que os estudantes com deficiência intelectual tenham acesso a apoio especializado, como orientação académica, aconselhamento e avaliações de acessibilidade das instalações fora do campus. Recorrendo aos conhecimentos especializados destas organizações, as universidades podem criar um sistema de apoio abrangente que vai para além das acomodações académicas e responde às expectativas de melhoria de vida das pessoas com deficiência (Nações Unidas, 2006).
- d) Parcerias empresariais para a acessibilidade: Para melhorar a acessibilidade geral da experiência, as universidades devem também explorar parcerias com empresas. A colaboração pode implicar que as empresas se comprometam a tornar as suas instalações, serviços de transporte e actividades de lazer acessíveis aos estudantes com deficiências intelectuais. Isto pode ser conseguido através de acordos e contratos que definam requisitos de acessibilidade específicos e compromissos contínuos, assegurando assim uma experiência sem descontinuidades para todos os estudantes enquanto cidadãos com direito a participar no mercado de trabalho, sempre que legalmente possível (ILO Global Business and Disability Network, 2023).

Conclusão

As adaptações razoáveis são uma componente essencial para garantir a acessibilidade e o sucesso dos estudantes com deficiências intelectuais inscritos em programas de ensino superior. Ao fornecerem informação acessível e apoio personalizado, as universidades podem dar a estes estudantes a possibilidade de participarem plenamente na sua experiência universitária. Os esforços de colaboração a nível nacional e internacional reforçarão ainda mais o carácter inclusivo destes programas. Em última análise, o objetivo é criar um cenário educativo em que todos os estudantes, independentemente da sua diversidade intelectual e funcional, possam beneficiar de adaptações razoáveis e contribuir para um sistema de ensino superior mais diversificado e inclusivo.

Adaptações curriculares

No contexto do ensino superior internacional, a forma de ensinar, o conteúdo dos programas e a forma como o conteúdo é apresentado são de importância vital para garantir a inclusão e a

igualdade de acesso às oportunidades académicas. Esta secção explora o aspeto crucial das "adaptações curriculares" necessárias para apoiar a integração bem sucedida dos estudantes com deficiência mental nas instituições de ensino superior. Destaca a importância de medidas proactivas e práticas inclusivas na conceção, apresentação e avaliação do currículo.

Compreender a diversidade

Para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo para os estudantes com deficiência mental, é essencial que as universidades reconheçam a diversidade existente neste grupo de estudantes. As deficiências intelectuais podem variar em termos de gravidade e afetar o funcionamento cognitivo em diferentes graus. Por conseguinte, os ajustamentos curriculares devem ser flexíveis e adaptados às necessidades individuais (Morgan, 2013).

1. Formatos de curso flexíveis: As universidades devem oferecer diferentes formatos de cursos, tais como cursos em linha, aprendizagem mista e aulas assíncronas. Estas opções permitem que os estudantes com deficiência intelectual escolham o formato que se adequa às suas necessidades e preferências específicas (Fisher e Frey, 2017).
2. Materiais didáticos acessíveis: Assegurar que todos os materiais do curso, incluindo manuais escolares, notas de aula e recursos em linha, estão disponíveis em formatos acessíveis. Isto pode incluir o fornecimento de materiais em formatos alternativos de texto, áudio ou Braille, conforme apropriado (Burgstahler, 2015).
3. Revisão do currículo: Esta abordagem proactiva garante que os currículos são intrinsecamente acessíveis a todos os alunos e reduz a necessidade de adaptações individuais (Burgstahler, 2015).
4. Colaborar com os serviços de apoio à deficiência: Estabelecer uma colaboração estreita entre os departamentos académicos e os serviços de apoio às pessoas com deficiência. Esta colaboração pode ajudar a identificar possíveis barreiras no currículo e a desenvolver adaptações adequadas (Morgan, 2013).
5. Planos de Adaptação Individual (se necessário): Para os alunos com deficiências intelectuais, elaborar Planos de Adaptação Individual (PAI) que descrevam as adaptações específicas necessárias para facilitar o seu progresso académico. Estes planos devem ser desenvolvidos em consulta com o aluno, profissionais de apoio a deficientes e membros do corpo docente (Burgstahler, 2015).

Apoiar o ensino e a avaliação inclusivos

A inclusão vai para além da conceção do currículo e inclui métodos de ensino e práticas de avaliação.

1. Abordagens pedagógicas inclusivas: Incentivar os professores a utilizarem métodos pedagógicos inclusivos, tais como estratégias de aprendizagem ativa, tarefas flexíveis e métodos de avaliação variados. Estas abordagens acomodam diferentes estilos e capacidades de aprendizagem (Fisher e Frey, 2017; Morgan, 2013).
2. Sistemas de Gestão da Aprendizagem (LMS) acessíveis: assegurar que o LMS da universidade é compatível com tecnologias de apoio, facilitando o acesso dos estudantes com deficiência intelectual aos materiais do curso, a participação em debates e a entrega de trabalhos (Burgstahler, 2015)

3. Tempo alargado para a avaliação: Considerar a possibilidade de oferecer um tempo alargado ou opções de avaliação alternativas aos estudantes internacionais com deficiência intelectual, de modo a acomodar as suas necessidades individuais, mantendo o rigor académico (Fisher & Frey, 2017)
4. Instalações acessíveis: Assegurar que as salas de aula, os laboratórios e as bibliotecas são fisicamente acessíveis aos estudantes com problemas de mobilidade. Isto inclui rampas, elevadores e espaços de trabalho adequadamente concebidos (Morgan, 2013).

Conclusão

As adaptações curriculares para os estudantes com deficiências intelectuais são essenciais para promover um ambiente de ensino superior inclusivo e equitativo. As universidades devem abordar a diversidade de forma proactiva, colaborar com os serviços de apoio a deficientes e promover práticas de ensino e avaliação inclusivas. Desta forma, as instituições podem garantir que todos os estudantes, independentemente das suas deficiências intelectuais, tenham oportunidades iguais de se destacarem academicamente e de participarem plenamente na experiência educativa.

Recursos em linha

<https://www.unesco.org/en/communication-information/odl-guidelines>

Directrizes da UNESCO para a Inclusão de Estudantes com Deficiência no Ensino Aberto e à Distância

<https://www.iclife.eu/>

Interessante projeto da UE+ sobre vida universitária inclusiva.

<https://www.adaptivesportsfoundation.org/virtualfitness/>

Sítio Web dedicado a programas virtuais de fitness adaptativos.

Documentos descarregáveis

<https://www.ascd.org/books/better-learning-through-structured-teaching-a-framework-for-the-gradual-release-of-responsibility-3rd-edition?variant=121031>

Livro acessível sobre a aprendizagem através do ensino estruturado: um quadro para a libertação gradual de responsabilidades.

[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32018H0607\(01\)&rid=4](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32018H0607(01)&rid=4)

Quadro jurídico europeu para a promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia na educação.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33305584/>

Perspectivas dos Pares no Movimento do Ensino Pós-Secundário Inclusivo: Uma revisão sistemática

https://buddysystem.eu/docs/The_buddy_programs_practices_in_Europe.pdf

Manual de Práticas do Programa Friends in Europe.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140224>

Directrizes da UNESCO para a Inclusão: Garantir o acesso à educação para todos

Referências bibliográficas

Burgstahler, S. (2015). Desenho universal no ensino superior: Dos princípios à prática. Harvard Education Press.

CAST. (2018). Diretrizes de concepção universal para a aprendizagem versão 2.2. Obtido em <https://udlguidelines.cast.org/>

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2023). Retirado de <https://www.european-agency.org/resources/publications>

Comissão Europeia (2017). Política europeia em matéria de deficiência. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2017/603981/EPRS_IDA\(2017\)60398_1_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2017/603981/EPRS_IDA(2017)60398_1_EN.pdf)

Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência (2018). Posição sobre a educação inclusiva. Retirado de <https://tools.youthforum.org/policy-library/wp-content/uploads/2021/04/Pos-on-Inc-Education-paper-ENG.pdf>

Fisher, D., & Frey, N. (2017). Melhor aprendizagem por meio do ensino estruturado: uma estrutura para liberação gradual de responsabilidade (2ª ed.). ASCD.

Galkienė, A. Monkevičienė, O. (2021). Melhorando a educação inclusiva por meio do design universal para aprendizagem. Springer

Inclusive Campus Live (2016). ICLife: Ferramentas para a inclusão Como tornar a vida num campus do ensino superior mais inclusiva. Livro branco. Obtido em <https://www.iclife.eu/white-paper.html>

Meyer, A., Rose, D. H., & Gordon, D. T. (2014). Desenho Universal para a Aprendizagem: Teoria e Prática. CAST Professional Publishing.

Morgan, M. (2013). Apoio a estudantes com deficiência intelectual no ensino superior: A Practical Guide. Routledge.

Rede Mundial de Empresas e Deficiência da OIT (2023). Disability inclusion in small and medium-sized enterprises (Inclusão da deficiência nas pequenas e médias empresas). Obtido em https://www.ilo.org/global/topics/disability-and-work/WCMS_891872/lang--en/index.htm

Rose, D. H., e Meyer, A. (2006). A practical reader in Universal Design for Learning (Uma leitura prática do Desenho Universal para a Aprendizagem). Harvard Education Press.

UNESCO (2016). Aprendizagem para todos: Diretrizes sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino aberto e à distância. Retirado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244355>

Nações Unidas (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Recuperado de <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>